



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE TAQUARA

Aos dez dias do mês de outubro de 2018, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Taquara o Desembargador Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, acompanhado de sua equipe, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003275-91.2018.5.04.0000. Todos foram recebidos pelo Coordenador, Mauro Augusto da Silva, e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária

Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 13.06.2017

Data de Implantação do PJe: 18.08.2014

Jurisdição: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas

Período Correccionado: de 1º.01.2017 a 10.10.2018

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Luís Fettermann Bosak	3ª Vara do Trabalho de Taquara

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Taquara gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

2.2.1 Servidores Lotados

SERVIDORES LOTADOS NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Mauro Augusto da Silva	TJAA	Coordenador (CJ1)	19.05.1997
2	Orion Machado Pereira	TJSEG	Assistente (FC02)	19.04.1994
3	Luiz Fernando Grings	TJAA	-	10.09.2010
4	Luciano Schuck	TJAA	-	06.09.2004
5	Daniel Salomon de Magalhaes	TJSEG	-	01.03.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 02.10.2018)

(TJAA: Técnico Judiciário, Área Administrativa; TJSEG: Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança)

SERVIDORES LOTADOS NA CENTRAL DE MANDADOS			
	Servidor	Cargo	Data De Exercício Na Unidade Judiciária
1	André Westermann	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial De Justiça Avaliador Federal	24.01.2006
2	Carlos Roberto Silva Martins		20.12.2007
3	Diego Anzilago Gobatto		10.08.2012



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4	Moises Bueno Lopes Neto	09.11.2016
5	Sandro Borges Fortes Viecili	13.06.2001

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 02.10.2018)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Ausências dos Servidores durante o período correccionado

SERVIDORES LOTADOS NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO			
Servidor	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
Daniel Salomon de Magalhaes	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	26	28
	Curso ou Evento (CURS)	2	
Luciano Schuck	-	-	-
Luiz Fernando Grings	-	-	-
Mauro Augusto da Silva	Curso ou Evento (CURS)	7	7
Orion Machado Pereira	Curso ou Evento (CURS)	1	1
SERVIDORES LOTADOS NA CENTRAL DE MANDADOS			
Servidor	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
André Westermann	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	4
Carlos Roberto Silva Martins	-	-	-
Diego Anzilago Gobatto	-	-	-
Moises Bueno Lopes Neto	Curso ou Evento (CURS)	1	1
Sandro Borges Fortes Viecili	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 02.10.2018)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

SERVIDORES LOTADOS NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Samira Carolina Netto Machineski Don Lee	27.06.2013	21.05.2017	3 anos, 10 meses e 24 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Taquara
SERVIDORES LOTADOS NA CENTRAL DE MANDADOS					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Claudio Luís da Vinha Noronha	02.04.2007	24.05.2017	10 anos, 1 mês e 22 dias	Lotação na Central de Mandados de Porto Alegre
2	Irineu Pedro Schnorr	10.02.2005	30.09.2018	13 anos, 7 meses e 20 dias	Aposentadoria

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 02.10.2018)



3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2016/09 a 2017/08	405	R\$ 2.240,64	R\$ 0,00
Média mensal	33,75	R\$ 186,72	R\$ 0,00
2017/09 a 2018/08	587	R\$ 179,37	R\$ 3.067,38
Média mensal	48,92	R\$ 14,95	R\$ 255,62
Variação	44,94%	-91,99%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 28.09.2018)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 48,92 certidões negativas por mês no período de 01 de setembro de 2017 a 31 de agosto de 2018, média 44,94% superior à verificada no ano anterior.

Via de regra, as certidões negativas solicitadas são entregues no momento da sua solicitação. Havendo grande movimentação, a certidão é entregue mais tarde, mas sempre no mesmo dia do requerimento. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, o requerimento e a cópia da identidade do solicitante são arquivados pelo período de 180 dias, para posteriormente serem destruídos.

3.2 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

CADASTRO DE PROCESSOS FÍSICOS			
	2016/09 a 2017/08	2017/09 a 2018/08	Variação
Ação cautelar	0	1	-
Ação cobrança contribuição sindical	0	2	-
Ação de cumprimento	0	2	-
Ação de indenização	0	1	-
Carta de sentença	34	24	-29,41%
Embargos de Terceiro	12	0	-100,00%
Reclamatória-Ordinário	3	283	9333,33%
Reclamatória-Sumaríssimo	1	31	3000,00%
TOTAL	50	344	588,00%
MÉDIA POR MÊS	4,17	28,67	588,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2018)

No período de 1º de setembro de 2017 a 31 de agosto de 2018, foram cadastrados 344 processos físicos no Foro de Taquara, registrando-se uma média mensal de 28 cadastros. As reclamações do rito ordinário e do rito sumaríssimo foram cadastradas em virtude da redistribuição de processos entre as Unidades, situação também verificada na ação cautelar, nas ações de cobrança, nas ações de cumprimento e na ação de indenização. Em relação às cartas de sentença, os usuários responsáveis pelos respectivos cadastros não estão vinculados à CCDF de Taquara, podendo-se concluir os movimentos foram realizados diretamente na Secretaria das Varas do Trabalho.



3.3 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

PETIÇÕES E DOCUMENTOS PROTOCOLADOS			
	Total	Dias úteis	Média/dia
2016/09 a 2017/08	13.952	219	63,71
2017/09 a 2018/08	8.402	222	37,85
Variação	-39,78%	1,37%	-40,59%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2018)

No período de 2017/09 a 2018/08, foram protocolizadas 8.402 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 37,85 registros diários de petições. Na comparação com os números dos doze meses anteriores, verifica-se uma queda de 40,59% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Taquara.

3.4 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Taquara fica em sala contígua à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, no pavimento térreo do prédio. Após o arquivamento, as Varas encaminham os processos para a Coordenadoria que se encarrega de gerar os lotes com 20 cm e realizar os andamentos de recebimento e remessa no INFOR. Também são verificados se todos os volumes do processo e eventuais apensos foram corretamente constam no referido lote.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se que os processos arquivados são reenumerados e o arquivamento observa sequência única, a formação dos lotes têm indicação sobre a Vara a que estão vinculados. Segundo o Coordenador, após a implantação do PJE, reduziu consideravelmente a quantidade de processos físicos tramitando e pendentes de arquivamento, portanto a unidade não terá problema com o espaço físico disponível.

O arquivo encontrava-se muito bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.

O CARGA DE ADVOGADOS

PROCESSOS EM CARGA COM PRAZO EXCEDIDO			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0158000-74.2009.5.04.0381	30/08/2018	14/09/2018	14

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2018)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 01 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício



responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Taquara está dividida em seis setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 03 meses.

- **Setor Rolante e Riozinho** responsável Diego Gobatto, abrange os municípios de Rolante e Riozinho.
- **Setor Taquara**, responsável Carlos Martins, abrange o município de Taquara.
- **Setor Igrejinha**, abrange o município de Igrejinha. *Com a aposentadoria do Oficial Irineu, este setor será compartilhado pelos demais colegas na razão de uma semana para cada Oficial.*
- **Setor Três Coroas**, responsável Moisés Bueno, abrange o município de Três Coroas.
- **Setor Parobé**, responsável Sandro Vicili, abrange o município de Parobé com logradouros ao norte da Rodovia RS 239.
- **Setor Santa Cristina**, responsável André Westermann, abrange os logradouros ao sul da RS 239 no município de Parobé bem como todos os bairros e distritos da jurisdição localizados ao sul do leito do Rio dos Sinos.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados físicos é feita uma vez por semana, às sextas-feiras. Os mandados classificados como urgente ou de plantão são distribuídos imediatamente ao oficial de justiça plantonista e realizado contato telefônico para imediato cumprimento.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Após essa análise, a devolução dos mandados é feita em até uma semana, exceto os urgentes, que são devolvidos imediatamente após o seu cumprimento. A distribuição dos mandados eletrônicos é diária.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

NÚMERO DE MANDADOS RECEBIDOS – PROCESSOS FÍSICOS		
	Total	Média mensal
2016/09 a 2017/08	1.145	95,42
2017/09 a 2018/08	675	56,25
Variação	-41,05%	-41,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2018)

NÚMERO DE MANDADOS RECEBIDOS – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJE-JT)		
	Total	Média mensal
2016/09 a 2017/08	4.796	399,67
2017/09 a 2018/08	4.601	383,42
Variação	-4,07%	-4,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 28.09.2018)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

No período de setembro de 2017 a agosto de 2018, a Central de Mandados de Taquara recebeu 5.276 mandados, sendo 675 de processos físicos e 4.601 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 439,67 mandados, número 11,91% menor do que a média verificada nos doze meses anteriores (495,08).

4.3.2. Cumprimento de mandados

NÚMERO DE MANDADOS CUMPRIDOS – PROCESSOS FÍSICOS			
	2016/09 a 2017/08	2017/09 a 2018/08	Variação
Busca e Apreensão	10	6	-40,00%
Citação	383	215	-43,86%
Condução de Testemunha	2	0	-100,00%
Notificação	305	184	-39,67%
Penhora	349	175	-49,86%
Outros	120	77	-35,83%
TOTAL	1.169	657	-43,80%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2018)

NÚMERO DE MANDADOS CUMPRIDOS – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJE-JT)			
	2016/09 a 2017/08	2017/09 a 2018/08	Variação
Notificação	3.623	844	-76,70%
Mandado	1.036	3.759	262,84%
Ofícios	123	23	-81,30%
TOTAL	4.782	4.626	-3,26%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 28.09.2018)

Foram cumpridos 5.283 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em no período de 2017/09 a 2018/08, dos quais 657 oriundos de processos físicos e 4.626 de processos eletrônicos; dessa forma, a média geral de mandados cumpridos por mês alcançou 440,25. Houve uma redução de 668 mandados cumpridos nesse período na comparação com os doze meses anteriores, correspondendo a uma queda de 11,23% na média mensal de mandados cumpridos.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, a citação foi a espécie mais frequente entre 2017/09 e 2018/08 (215), seguida pela notificação (184). Já nos processos eletrônicos, os mandados de execução foram os mais frequentes no período avaliado (3.759), seguidos pelas notificações (844).

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

TEMPO PARA CUMPRIMENTO DOS MANDADOS, EM DIAS – PROCESSOS FÍSICOS			
	2016/09 a 2017/08	2017/09 a 2018/08	Variação
Busca e Apreensão	11,30	8,83	-21,83%
Citação	10,22	8,86	-13,27%
Condução de Testemunha	9,00	-	-
Notificação	7,65	8,09	5,79%
Penhora	13,95	14,82	6,29%
Outros	10,30	10,99	6,67%
PRAZO MÉDIO GERAL	10,67	10,48	-1,80%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2018)

TEMPO PARA CUMPRIMENTO DOS MANDADOS, EM DIAS – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJE-JT)			
	2016/09 a 2017/08	2017/09 a 2018/08	Variação
Notificação	6,81	7,26	6,66%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mandado	9,53	8,33	-12,64%
Ofício	5,97	4,57	-23,50%
PRAZO MÉDIO GERAL	7,38	8,11	9,98%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 28.09.2018)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pelos Oficiais de Justiça lotados na Vara do Trabalho de Triunfo caiu 1,80% no interregno de 2017/09 a 2018/08, na comparação com os doze meses anteriores. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento (em média, 14,82 dias), seguidos pelos classificados como “outros” (média de 10,99 dias). Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas notificações (8,09 dias).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 8,11 dias no período avaliado – lapso 9,98% maior que aquele verificado nos doze meses anteriores. Dentre essas diligências, o prazo mais elevado foi registrado nos mandados (8,33 dias), enquanto os ofícios foram as diligências com menor prazo médio de cumprimento (4,57 dias).

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

NÚMERO E PERCENTUAL DE MANDADOS DEVOLVIDOS COM ATRASO – PROCESSOS FÍSICOS				
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	4	40,00%	2	33,33%
Citação	155	40,47%	68	31,63%
Condução de Testemunha	0	0,00%	0	#DIV/0!
Notificação	80	26,23%	53	28,80%
Penhora	160	45,85%	84	48,00%
Outros	41	34,17%	26	33,77%
TOTAL GERAL	441	37,72%	233	35,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2018)

NÚMERO E PERCENTUAL DE MANDADOS DEVOLVIDOS COM ATRASO - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2016/09 a 2017/08		2016/09 a 2017/08	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	793	21,89%	216	25,59%
Mandado	324	31,27%	1048	27,88%
Ofício	21	17,07%	1	4,35%
TOTAL GERAL	1138	23,80%	1265	27,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 28.09.2018)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi pequeno o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal, comparado com a média das demais Unidades da 4ª Região.

Em relação aos processos físicos, constatou-se que foram devolvidos 233 mandados após o decurso do prazo legal entre setembro de 2017 e agosto de 2018, valor correspondente a 35,46% de todos os mandados cumpridos – percentual inferior ao verificado nos doze meses anteriores (37,72%). Os mandados de penhora foram a espécie com maior percentual de devolução após o prazo legal no período avaliado (48%).

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 1.265 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores entre 2017/09 e 2018/08 – o equivalente a 27,35% de todos os mandados cumpridos no período (percentual acima do verificado nos doze meses



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

anteriores). Dentre essas diligências, os mandados da fase de execução apresentam o maior índice de devolução com atraso (27,88%).

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos na Unidade Judiciária:

Mandados com maior tempo para cumprimento (processos físicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000746-27.2012.5.04.0383	Outros	02.06.2017	06.09.2017	96
0000785-53.2014.5.04.0383	Penhora	09.06.2017	05.09.2017	88
0000492-28.2010.5.04.0382	Penhora	29.06.2017	12.09.2017	75
0000730-02.2014.5.04.0384	Citação	22.06.2018	27.08.2018	66
0000684-81.2012.5.04.0384	Penhora	07.07.2017	08.09.2017	63
0000522-92.2012.5.04.0382	Notificação	08.06.2018	06.08.2018	59
0000746-27.2012.5.04.0383	Penhora	15.06.2018	13.08.2018	59
0000852-18.2014.5.04.0383	Penhora	12.06.2018	07.08.2018	56
0000852-18.2014.5.04.0383	Penhora	12.06.2018	07.08.2018	56
0171200-84.2005.5.04.0383	Outros	22.06.2018	13.08.2018	52
0000291-68.2012.5.04.0381	Penhora	15.12.2017	05.02.2018	52

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2018)

Mandados com maior tempo para cumprimento (processos eletrônicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020240-98.2014.5.04.0384	Mandado	20.06.2018	28.08.2018	69
0020320-91.2016.5.04.0384	Mandado	18.12.2017	23.02.2018	67
0020226-75.2018.5.04.0384	Mandado	01.06.2018	01.08.2018	61
0020200-20.2017.5.04.0382	Mandado	02.07.2018	28.08.2018	57
0020751-62.2015.5.04.0384	Mandado	02.07.2018	28.08.2018	57
0020228-51.2018.5.04.0382	Mandado	15.05.2018	10.07.2018	56
0020082-44.2017.5.04.0382	Mandado	05.07.2018	28.08.2018	54
0020760-24.2015.5.04.0384	Mandado	01.06.2018	24.07.2018	53
0020692-74.2015.5.04.0384	Mandado	30.10.2017	21.12.2017	52
0020842-84.2017.5.04.0384	Mandado	21.08.2017	11.10.2017	51
0020245-29.2014.5.04.0382	Mandado	03.07.2018	23.08.2018	51
0020779-96.2016.5.04.0383	Mandado	06.06.2018	26.07.2018	50

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 28.09.2018)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Por meio de consulta aos sistemas informatizado inFOR e PJe-JT, realizada no dia 19.03.2018, foi constatada a existência de 41 mandados (12 físicos e 29 eletrônicos) sem registro de cumprimento no prazo, conforme listagens abaixo:

MANDADOS EM ABERTO NO SISTEMA – PROCESSOS FÍSICOS						
	Nº Processo	Nº Carga OJ	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0118600-86.2005.5.04.0383	383-00131/18	03/08/2018	Citação	Andre Westermann	56



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2	0000176-07.2013.5.04.0383	383-00155/18	17/08/2018	Outros	Andre Westermann	42
3	0001028-39.2010.5.04.0382	382-00054/18	17/08/2018	Citação	Andre Westermann	42
4	0008000-48.1998.5.04.0381	381-00095/18	17/08/2018	Notificação	Andre Westermann	42
5	0008000-48.1998.5.04.0381	381-00096/18	17/08/2018	Notificação	Andre Westermann	42
6	0001423-34.2010.5.04.0381	381-00097/18	24/08/2018	Penhora	Andre Westermann	35
7	0001370-42.2013.5.04.0383	383-00159/18	31/08/2018	Penhora	Andre Westermann	28
8	0000075-33.2014.5.04.0383	383-00164/18	06/09/2018	Penhora	Moises Bueno Lopes Neto	22
9	0070200-70.2007.5.04.0383	383-00167/18	06/09/2018	Citação	Andre Westermann	22
10	0000653-02.2014.5.04.0381	381-00111/18	14/09/2018	Notificação	Sandro Borges Fortes Viecili	14
11	0024800-17.1999.5.04.0382	384-00113/18	14/09/2018	Citação	Moises Bueno Lopes Neto	14
12	0078500-24.2007.5.04.0382	382-00065/18	14/09/2018	Penhora	Carlos Roberto Silva Martins	14

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 28.09.2018)

MANDADOS EM ABERTO NO SISTEMA – PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJE-JT

	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0021278-77.2016.5.04.0384	17/08/2018	Mandado	Andre Westermann	42
2	0020203-66.2017.5.04.0384	22/08/2018	Mandado	Andre Westermann	37
3	0020203-66.2017.5.04.0384	22/08/2018	Mandado	Andre Westermann	37
4	0020616-45.2018.5.04.0384	28/08/2018	Mandado	Andre Westermann	31
5	0021111-26.2017.5.04.0384	28/08/2018	Mandado	Sandro Borges Fortes Viecili	31
6	0020638-09.2018.5.04.0383	05/09/2018	Mandado	Andre Westermann	23
7	0020454-64.2016.5.04.0305	06/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	22
8	0020720-80.2017.5.04.0381	10/09/2018	Mandado	Andre Westermann	18
9	0021214-09.2016.5.04.0371	11/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	17
10	0020184-34.2015.5.04.0383	11/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	17
11	0020818-62.2017.5.04.0382	11/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	17
12	0020898-29.2017.5.04.0381	11/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	17
13	0021128-62.2017.5.04.0384	11/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	17
14	0020938-11.2017.5.04.0381	11/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	17
15	0020746-78.2017.5.04.0381	12/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	16
16	0020746-78.2017.5.04.0381	12/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	16
17	0020410-65.2017.5.04.0384	12/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	16
18	0020042-70.2014.5.04.0381	13/09/2018	Mandado	Moises Bueno Lopes Neto	15
19	0021217-56.2015.5.04.0384	13/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	15
20	0021217-56.2015.5.04.0384	13/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	15
21	0021217-56.2015.5.04.0384	13/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	15
22	0021217-56.2015.5.04.0384	13/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	15
23	0021217-56.2015.5.04.0384	13/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	15
24	0020220-68.2018.5.04.0384	13/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	15
25	0020985-12.2017.5.04.0372	13/09/2018	Mandado	Moises Bueno Lopes Neto	15



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

26	0020339-38.2018.5.04.0381	13/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	15
27	0021041-83.2015.5.04.0382	13/09/2018	Mandado	Andre Westermann	15
28	0020291-46.2017.5.04.0371	14/09/2018	Mandado	Andre Westermann	14
29	0020698-82.2018.5.04.0382	14/09/2018	Mandado	Carlos Roberto Silva Martins	14

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 28.09.2018)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Taquara.

ANDRE WESTERMANN				
INFOR				
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	03	03	01	01
Citação	41	45	34	30
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	52	50	32	29
Penhora	44	40	38	33
Outros	29	29	14	14
TOTAL GERAL	169	167	119	107
PJe-JT				
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	527	521	54	63
Mandado	151	149	532	499
Ofício	19	18	02	03
Total	697	688	588	565

CARLOS ROBERTO SILVA MARTINS				
INFOR				
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	03	03	00	00
Citação	72	72	26	26
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	57	57	22	22
Penhora	50	49	28	29
Outros	24	24	10	10
TOTAL GERAL	206	205	86	87
PJe-JT				
	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	478	452	172	198
Mandado	132	130	638	640
Ofício	17	17	03	03



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	627	599	813	841
-------	-----	-----	-----	-----

DIEGO ANZILAGO GOBATTO

INFOR

	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00
Citação	63	63	31	29
Condução de Testemunha	01	01	00	00
Notificação	47	47	32	32
Penhora	71	71	30	30
Outros	14	14	15	15
TOTAL GERAL	196	196	108	106

PJe-JT

	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	543	537	85	96
Mandado	164	162	766	751
Ofício	21	20	02	04
Total	728	719	853	851

IRINEU PEDRO SCHNORR

INFOR

	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	03	03
Citação	35	35	24	24
Condução de Testemunha	01	01	00	00
Notificação	37	37	25	25
Penhora	41	41	25	25
Outros	16	16	14	14
TOTAL GERAL	131	131	91	91

PJe-JT

	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	581	565	103	122
Mandado	185	170	396	411
Ofício	15	17	06	06
Total	781	752	505	539

MOISES BUENO LOPES NETO

INFOR

	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	01	01
Citação	48	48	29	28



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	23	23	41	41
Penhora	35	35	37	35
Outros	07	07	09	09
TOTAL GERAL	113	113	117	114

PJe-JT

	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	419	410	196	205
Mandado	122	118	700	681
Ofício	11	11	01	01
Total	552	539	897	887

SANDRO BORGES FORTES VIECILI

INFOR

	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	01	01
Citação	46	47	78	78
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	53	53	36	35
Penhora	44	44	24	23
Outros	17	17	15	15
TOTAL GERAL	162	163	154	152

PJe-JT

	2016/09 a 2017/08		2017/09 a 2018/08	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	522	519	133	141
Mandado	130	134	657	647
Ofício	12	12	05	05
Total	664	665	795	793

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados estão vinculadas a Foro Trabalhista de médio porte. A Unidade encontra-se organizada e a forma de funcionamento é integrada entre a CCDF e a CDM. As instalações são adequadas.

A Unidade é responsável pelo arquivo do Foro. Atualmente, os processos arquivados são reenumerados e o arquivamento observa sequência única; a formação dos lotes têm indicação sobre a Vara a que estão vinculados. Segundo o Coordenador, após a implantação do PJE, reduziu consideravelmente a quantidade de processos físicos tramitando e pendentes de arquivamento, portanto a unidade não terá problema com o espaço físico disponível.

Há um Agente de Segurança e quatro servidores lotados na CCDF. Afirmou o Coordenador que mesmo com o quadro funcional reduzido é possível administrar a demanda. Manifestou apenas interesse na lotação de mais um agente de segurança em razão dos período de férias do único agente de segurança lotado.

A Unidade faz a unificação dos dados cadastrais de acordo com a demanda, lançamento do protocolo recebido nos processos físicos, digitalização de documentos, triagem das iniciais no PJE para todas as unidades e, também, auxilia os advogados na utilização do PJE, ainda que tal demanda tenha



diminuído muito no último ano. A Unidade reduz a termo as reclamações verbais, neste ano foram pelo menos 8 – maioria versa sobre pedido de baixa na CTPS. Conforme informações do Coordenador, a cobrança de carga de processos não devolvidos no prazo é por telefone.

Também é responsabilidade do setor zelar pela manutenção dos prédios e resolver pequenas demandas. Disse o Coordenador que a Unidade faz a conferência das certidões nos processos físicos. O Coordenador também acompanha os cumprimentos e faz cobrança por telefone dos mandados quando o prazo para devolução é excedido. Os mandados físicos são devolvidos até uma semana após o cumprimento. O Coordenador informou que a equipe de Oficiais de Justiça conta com cinco oficiais e teceu elogios ao comprometimento dos servidores. Relatou que a distribuição dos mandados físicos é feita semanalmente, às sextas-feiras, e dos eletrônicos diariamente. Os mandados urgentes são distribuídos de imediato ao plantonista. Nas férias de um Oficial de Justiça, os mandados são distribuídos ao Oficial de Justiça responsável por cobrir a sua ausência (cada Oficial de Justiça tem a sua dupla que é estabelecida por ordem alfabética). O regime de plantão é semanal. A cobrança dos mandados eletrônicos também é feita por telefone. Não há como conferir as certidões no PJE, mas é possível acompanhar os prazos pelo painel

Pelos dados obtidos, verifica-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pelos Oficiais de Justiça recuou 1,80% no interregno de 2017/09 a 2018/08, na comparação com os doze meses anteriores. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento (em média, 14,82 dias), seguidos pelos classificados como “outros” (média de 10,99 dias). Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas notificações (8,09 dias).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 8,11 dias no período avaliado – lapso 9,98% maior que aquele verificado nos doze meses anteriores. Dentre essas diligências, o prazo mais elevado foi registrado nos mandados (8,33 dias), enquanto os ofícios foram as diligências com menor prazo médio de cumprimento (4,57 dias).

De acordo com as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi considerável o número de mandado emitidos em processos eletrônicos cumpridos após o decurso do prazo legal, 1.265 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores entre 2017/09 e 2018/08 – o equivalente a 27,35% de todos os mandados cumpridos no período (percentual acima do verificado nos doze meses anteriores). Dentre essas diligências, os mandados da fase de execução apresentam o maior índice de devolução com atraso (27,88%).

Na inspeção constatou-se a boa organização da Unidade e o empenho no trabalho pelos servidores que a integram.

6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

Item 3.6 (Livro carga de advogados)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPR.

Item 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os demais servidores da Unidade Judiciária, o Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Taquara no dia 09.10.2018, das 14h30min às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Especificamente em relação à Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e à Central de Mandados, não houve manifestação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

8 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* assjcor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

9 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador, Mauro Augusto da Silva, e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Andréa Koliver, Assessora Jurídica da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Corregedor Regional e encaminhado para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT – e no *site* do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
Corregedor Regional